

A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate

Sergio Odilon Nadalin*

Nossos dois relatores convidados explicitaram na introdução de suas comunicações que seus objetivos resumiam-se principalmente em fazer um balanço da demografia histórica. David Reher, partindo do geral (europeu) para o caso espanhol, e Maria Luiza Marcílio, baseando-se bastante na sua experiência pessoal, trabalhando sobre os grandes temas da história demográfica brasileira. Louvo o trabalho de ambos, cada um com suas características diferenciadas, mas igualmente instigantes.

A maneira como construíram seus relatos obriga-me a fazer algumas reflexões que espero não sejam redundantes.

Os trabalhos de reconstituição de famílias no Brasil

Parto do texto de Reher, que orienta para as questões clássicas que permitiram à demografia histórica seu desenvolvimento. Começa com o extraordinário método Henry de reconstituição de famílias, associado tão intimamente à disciplina, que lhe deu praticamente sua identidade. E aqui levanto uma questão que pode tocar numa ferida: se fazemos demografia histórica desde a década de 70, como se explica que produzimos tão pouco com base nesta metodologia? Tendo como horizonte as cifras de 10 a 20 monografias contabilizadas por Reher, como limites das médias da produção europeia por país (exceto a França), conto um pouco às pressas algo em torno de dez trabalhos para

o Brasil. Um nada, considerando as nossas dimensões continentais e a nossa ignorância sobre a dinâmica e estrutura da população pretérita brasileira; enfim, sobre a própria história da nossa transição demográfica. Número insignificante, também, porque estes trabalhos estão mal distribuídos cronológica, geográfica e socialmente: poucos sobre as populações luso-brasileiras (segunda metade do Século XVIII e primeira metade do Século XIX), pois pelo menos quatro destas monografias estão relacionadas a populações concernentes a grupos étnicos — portanto, referentes a histórias que se desenvolvem do final do século passado até os nossos dias. Tendo em vista os problemas colocados por Reher, especulo ainda sobre os motivos deste vazio. Estariam ligados à problemática das fontes, mencionada por Maria Luiza Marcílio no seu texto? A uma moda que passou, juntamente com a chamada história quantitativa? Às dificuldades relacionadas à transmissão dos nomes, o que dificulta enormemente o trabalho de reconstituição de famílias no Brasil? Seriam os escrúpulos dos professores - orientadores - em estimular tal tipo de investigação, em face dos motivos já aventados e dos cronogramas apertados dos cursos de pós-graduação no nosso País — principalmente nestes últimos anos? Parece-me que, se tivéssemos recursos e coragem suficiente, tal trabalho poderia ser possível investindo em alunos de graduação. Nesse caso, teríamos de torcer para que nada acontecesse ao estudante ao longo do seu aprendizado e trabalho, de tal maneira que,

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná - UFPR - e bolsista do CNPq.

com todos os dados levantados, o estudante teria as condições para um dia realizar créditos e dissertações de pós-graduação.

Dificuldades e virtualidades do método de reconstituição familiar

Perdoem-me se relato aqui minha experiência pessoal, mas creio que ela ilustra algumas das questões colocadas. Tenho me dedicado à comunidade dos imigrantes e descendentes alemães em Curitiba já faz muitos anos, e este investimento em tempo e recursos desencoraja-me a começar de novo qualquer outra pesquisa de vulto; são mais de 3 mil fichas de famílias reconstituídas, trabalho de uma vida! Ao mesmo tempo, o investimento feito estimula-me a continuar a utilizar os dados, que agora estou inserindo na memória do computador, como "laboratório", na perspectiva da *histoire au microscope* recorrentemente salientada por Dupâquier. Dados que, na medida do meu aprendizado e do meu tempo, serão completados por outras informações de natureza quantitativa e qualitativa — e, nesse sentido, antevejo todas as possibilidades do *software* SYGAP, que se apóia em *dbase*, e as virtualidades do método desenvolvido por Norberta Amorim (citado tanto por Maria Luiza Marçílio como por David Reher). Enfim, pesquisa que não tem data para terminar, mas cujo alcance em termos de generalização é evidentemente limitado (Reher menciona as limitações dos métodos microanalíticos): é extraordinário como, independente do momento, das paróquias consideradas, da geografia, a "evolução" (por exemplo) da fecundidade é quase sempre a mesma, no sentido da sua diminuição; por outro lado, também é surpreendente como, de paróquia a paróquia, num mesmo momento considerado, as dinâmicas demográficas são diferentes (cito por exemplo a história da fecundidade dos luteranos de Valparaíso, estudados por Salinas Meza, comparados aos "meus" luteranos e o subgrupo católico em Curitiba, estes estudados por Fischer Ranz). Reher aponta-nos os limites e as dificuldades das análises micro que são, sobretudo, difíceis de serem generalizadas.

E eu acho que está aí um ponto que nos incomoda, como historiadores. Em outros termos, o problema decorrente é: até que ponto estamos fazendo "demografia histórica", uma disciplina "nomotética" na sua definição estrita? Ou seria melhor, para nós historiadores, pensarmos em termos de "histórias demográficas" e, desta forma, imaginar cada fenômeno sociodemográfico na sua especificidade e originalidade? Nesta perspectiva, a reconstituição de famílias seria antes de mais nada um instrumento — extremamente valioso — para se fazer a história social. Menciono aqui a tese recentemente defendida por Maria Luiza Andrezza sobre os ucranianos de Antonio Olinto, no Paraná, cujas análises combinam dados oriundos de fontes paroquiais (reconstituição de famílias) com entrevistas e outros documentos; o resultado foi um belíssimo trabalho de "etnodemografia histórica". Saliento, ainda — e esta é também uma das virtualidades do método de reconstituição de famílias —, que a população estudada é, evidentemente, contemporânea, pois a autora encerra sua observação em 1980.

Sobre o problema da representatividade dos dados obtidos da reconstituição de famílias

A estas indagações devemos adicionar o importante problema da representatividade dos dados produzidos pela reconstituição familiar, o que Reher salienta no seu texto. Henry ensinou aos seus alunos como tentar uma experiência, comparando as famosas famílias EF com as MF. Em artigo recente, mencionado por Maria Luiza, apresentei, junto com Alain Bideau, resultados concernentes à comparação de famílias de uma mesma paróquia de origem curitibana e sedentárias (famílias "M") com famílias que se casaram fora da comunidade, em grande parte supostamente "imigrantes" (famílias "E"). Como resultado, verificamos que, para ambos os subgrupos e para todas as coortes estudadas, as "descendências" são praticamente iguais. Entretanto, porque haviam (grande parte delas, pelo menos) começado seus ciclos matrimoniais em outros lugares,

que poderiam ser até muito distantes, as mulheres das famílias móveis (E) também foram identificadas por serem em média mais velhas do que as casadas na paróquia, no início das suas histórias conjugais em Curitiba. De forma que a análise permitiu colocar em evidência uma possível fecundidade mais forte das famílias instáveis, e no final do artigo colocamos algumas questões a respeito. Mas, o mais importante foi a conclusão final do exercício metodológico: acreditamos que a hipótese de as migrações interferirem no comportamento demográfico, apresentada no início do artigo, ficou reforçada concreta e empiricamente, o que comprova o que se tem criticado: não é possível simplesmente extrapolar para o conjunto de toda a sociedade o comportamento demográfico das famílias mais estáveis, do tipo "MF", base clássica dos dados a serem analisados. O que não invalida o método de reconstrução de famílias, mas coloca obstáculos para a generalização dos seus resultados.

O problema da reconstrução da população brasileira

Vou adiante: também é evidente, mesmo que consigamos multiplicar estudos selecionados a partir da metodologia das famílias constituídas, que não é por aí que conseguiremos resolver a problemática básica da reconstrução da população brasileira. Alguns trabalhos nominados por Maria Luiza, inclusive o seu pioneiro sobre São Paulo — no item estruturas e dinâmicas populacionais —, cabem, a meu ver, na revisão feita por Reher a respeito da utilização das séries temporais para a reconstrução da população. Creio que, no momento, se pensarmos neste objetivo, estes métodos constituem um direcionamento desejável. Porque, a meu juízo, com os métodos mais sofisticados nominados por Reher, *back projection* e *inverse projection*, dificilmente ultrapassaríamos a fase dos dados problemáticos. E para resolver o problema das fontes, creio que no nosso caso só imaginação não seria suficiente. As tentativas de estudo da mortalidade feitas por Ana Maria de Oliveira Burmester e Jayme Antonio Cardoso, a

despeito das evidentes lacunas relacionadas aos registros de óbitos nos registros paroquiais brasileiros, mostram que pesquisadores inventivos nós temos. Possuímos, no entanto, tempo e dinheiro para levantar e tratar a documentação necessária, incluindo os sub-registros? Mesmo por amostragem?

A lacuna dos anos 1850-1940

Deixando um pouco de lado a demografia histórica européia *stricto sensu*, como a definiu Henry, Reher lembra-nos acerca das possibilidades postas pelas estatísticas oficiais do passado; acho que ele se esqueceu de mencionar que os historiadores deixam-se levar pelos atrativos de certas fontes, fugindo de outras. Dupâquier já havia assinalado o problema em 1984, inclusive para a França. O texto de Maria Luiza evidencia que, *mutatis mutandis*, a situação não é diferente no Brasil. Temos nos concentrado em períodos e regiões em que as fontes são mais atrativas e abundantes. Nosso GT — e Maria Luiza endossa a questão no seu texto — tem chamado a atenção sobre a famosa lacuna dos anos 1850-1940, período em que se inscreve o início da era estatística no Brasil, com o primeiro censo (1872), e que continua na República, principalmente a partir de 1916, com a prática oficial dos registros vitais. Como se vê, o uso destes registros generaliza-se relativamente tarde; entretanto, o período apresenta uma certa sincronia com algumas evidências do início da queda da mortalidade no nosso País. Com relação aos censos, os demógrafos os têm acusado de serem muito ruins, de forma que, para eles, a história da população brasileira começa em 1940. Qual a saída? Insistir nos censos mais antigos tentando corrigir seus problemas? O Cedeplar e o NEPO têm trabalhado com o Censo de 1872, e José Alberto Magno de Carvalho e Luís Armando Frias mostraram-nos o caminho das pedras ao indicar uma metodologia em estimativa da fecundidade para voltar para trás, a partir dos censos. Por outro lado, e um pouco neste sentido, Reher alerta-nos sobre as ilusões projetadas pelos mapas de dados agregados, fáceis de serem descritos, mas difíceis de explicar.

Demografia histórica, história da população ou história social?

Maria Luiza Marólio, em carta encaminhando seu texto, comentou sobre a dificuldade de se dar conta do avanço da demografia histórica no País. É evidente que uma das razões está na vasta e variada produção na "área" — e aqui coloco este termo entre aspas. Porque também é evidente nossa dificuldade em fixar os limites da nossa "disciplina" — "aspeada" também de propósito. Da maneira como a demografia histórica tem sido conceituada (vide, por exemplo, a definição de Iraci del Nero da Costa) e entendida, principalmente no nosso País, constitui um campo de atuação tão amplo que se torna muito difícil demarcar o trabalho dos chamados "historiadores demógrafos". Muitos que dizem sê-lo, na realidade tratam, por exemplo, de temas histórico-anropológicos muito próximos e caros aos demógrafos (por exemplo, a sexualidade, o pecado, a ilegitimidade — sem falar no grande tema da família e do casamento, temas que extrapolam o campo da demografia). Afinal, de modo recorrente citamos Ariès como demógrafo historiador, e com muita razão — mas deve ser creditado a ele principalmente a invenção da moderna história da família. Por uma sábia e saudável atitude acadêmica — e política, naturalmente —, não colocamos o dedo na ferida; ao contrário, de maneira positiva esforçamo-nos para agrupar uns e outros no âmbito da mesma "disciplina". De maneira que, muitas vezes, o que nos une (ou nos divide) é o tema. Outras vezes, as fontes, que utilizamos de modo igual, mas com objetivos bastante diferentes, variavelmente pouco "demográficos"; poucas vezes, porém, é o método fonte da nossa linguagem comum. E talvez seja justamente nesta vertente que nos aproximamos dos outros abepianos, que encaram a demografia no âmbito dos "estudos populacionais", uma área de estudos multidisciplinar, nunca uma disciplina.

Portanto, como estabelecer as fronteiras, quando a demografia histórica *lato sensu* confunde-se com a própria área dos estudos populacionais? — e sabemos que, nesta direção, as fronteiras são tênues e opacas. Tenho defendido que esta área, como campo de estudos, como leque de

temas amplos inter e multidisciplinares, tem sua vertente diacrônica — datada ou não — na história da população. Enfim, como conseqüência, as amplificações são tão grandes que muitas vezes temos dificuldades em nos comunicar, apesar de sermos relativamente em pequeno número. Sob o amplo manto da demografia histórica colocam-se, por exemplo, os meus trabalhos sobre os imigrantes e o tema da estrutura de posse dos escravos, caro ao grupo do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. O demográfico constitui, muitas vezes, via de acesso a problemas sem conotação populacional. Isto contribui para explicar, no nosso caso, a lacuna 1850-1940, uma vez que nem todos estamos, deixando de lado a retórica, interessados na história da população brasileira, e sim na sua "história social". Da mesma forma, quantos de nós nos referimos à problemática da transição demográfica brasileira? Em geral, isto é assunto dos demógrafos, e talvez equivocadamente, porque este tema inscreve-se na história.

Demografia histórica e grupos sociais

Para começar a finalizar esta minha intervenção, não posso deixar de mencionar — uma vez que outros na platéia sem dúvida o fariam — que os "grupos sociais" não foram explicitados de forma problemática nos textos que me foram entregues pelos relatores. O tema principal tratado nesta mesa ficou sendo o estado atual da demografia histórica, no Brasil e no mundo. Como debatedor, tenho de assinalar este fato. Quando o GT, reunido em São Paulo, pela primeira vez discutiu sobre nossas propostas para este Encontro, pensamos em um tema suficientemente amplo para que nele coubesse a diversidade. Foi a própria Maria Luiza quem o sugeriu. De todo modo, acho que também estava na cabeça de todos nós originalizar um pouco nossa atuação no âmbito da ABEP. Mas não pensamos, naquele momento, na dificuldade de um tema que, embora cubra as diferenças de nossas pesquisas nas sessões temáticas programadas pelo GT para este Encontro, é muito difícil de se dar conta em uma mesa-redonda como esta.

Não vou teorizar sobre o conceito, mesmo porque não tenho competência para isto. Gostaria somente de lembrar um esquema que já tem alguns anos e que sintetiza nossas sociedades tradicionais como sendo do tipo "comunitário", extremamente hierarquizadas, e estruturadas em torno do "eixo" senhor-escravo. Deixando de lado a possibilidade de um "grupo" de senhores (e também não considerando os escravos propriamente como "grupo social"), horizontal e verticalmente, pululando de alto a baixo na escala social, evidenciavam-se "grupos sociais" diversificados, com dinâmicas próprias, mais ou menos próximos do senhor ou da camada escrava: lembro o grupo dos funcionários, do clero, dos militares, dos comerciantes, dos vadios e vagabundos, dos imigrantes, etc. Um quadro teórico, desenvolvido a partir de uma sociologia dos grupos sociais no passado brasileiro, talvez fosse adequado a uma articulação com os sistemas demográficos brasileiros propostos por Maria Luiza Marcílio, que, de uma certa forma, opõem geografias e economias diferenciadas para o Século XIX e eu diria, pedindo permissão à autora do referido texto, para o Século XVIII.

Para concluir

Caros amigos e colegas: revendo o texto deste debate, creio que me deixei trair por várias questões que me são caras. Uma parte considerável de minha fala refere-se à reconstituição de famílias, e o texto pesou muito — talvez em demasia — esta questão. Chamo igualmente a atenção, antes de terminar, para as conclusões dos textos de David Reher e Maria Luiza Marcílio, cujo conteúdo poderá temperar as discussões que deverão se seguir.

Também não quero de maneira nenhuma deixar transparecer no meu discurso um pessimismo que em verdade não sinto. Antes que alguém mencione aqui tal fato, antecipo-me dizendo que não é absolutamente o caso. Faz parte da minha personalidade chamar a atenção para um debate sobre temas que, embora possam ser visualizados numa perspectiva negativa, encaro como reptos que estimulam nossas atividades e reflexões. De qualquer maneira, creio que é sempre salutar indagarmos e refletirmos sobre os nossos próprios limites, e os limites dos nossos próprios métodos, das nossas disciplinas.